

DF - Cidade das

Aulas recomeçam com o fantasma da reposição

Socorro Ramalho

Para a maioria dos alunos da rede pública do DF o retorno às aulas, ontem, apesar da normalidade na rotina das escolas, foi cercado por incertezas. A maior parte delas, compartilhadas por pais e alunos, refere-se à reposição de todo o conteúdo, ao período de férias e à data de conclusão do ano letivo, fundamental para os que vão prestar vestibular e necessitam do certificado de segundo grau até o final deste ano. A Secretaria de Educação, no entanto, adianta que um novo calendário de reposição de aulas ficará pronto até o final desta semana e garantirá o recesso natalino e as férias.

Esse é o quarto calendário elaborado pela Secretaria desde o começo do ano letivo, devido às paralisações. Segundo informação da Secretaria de Educação, é provável que o ano letivo se estenda até março de 1993, mas já está definido que não haverá reposição de aulas aos sábados. A secretária de Educação, Stella dos Cherubins, também assegura que "não haverá perda para os alunos" e esclarece que não há nenhuma legislação que atrelle o ano letivo ao ano civil.

Quanto às dúvidas dos alunos que estão concluindo o segundo grau, a secretaria de Educação afirma que já está estudando esses casos para não prejudicar o vestibular desses alunos. A situação dos estudantes que vão pedir transferência para a rede particular está embutida nos estudos que a Secretaria está realizando com o objetivo de não prejudicar os alunos. Afinal, esses alunos também dependem, na maioria dos casos, do

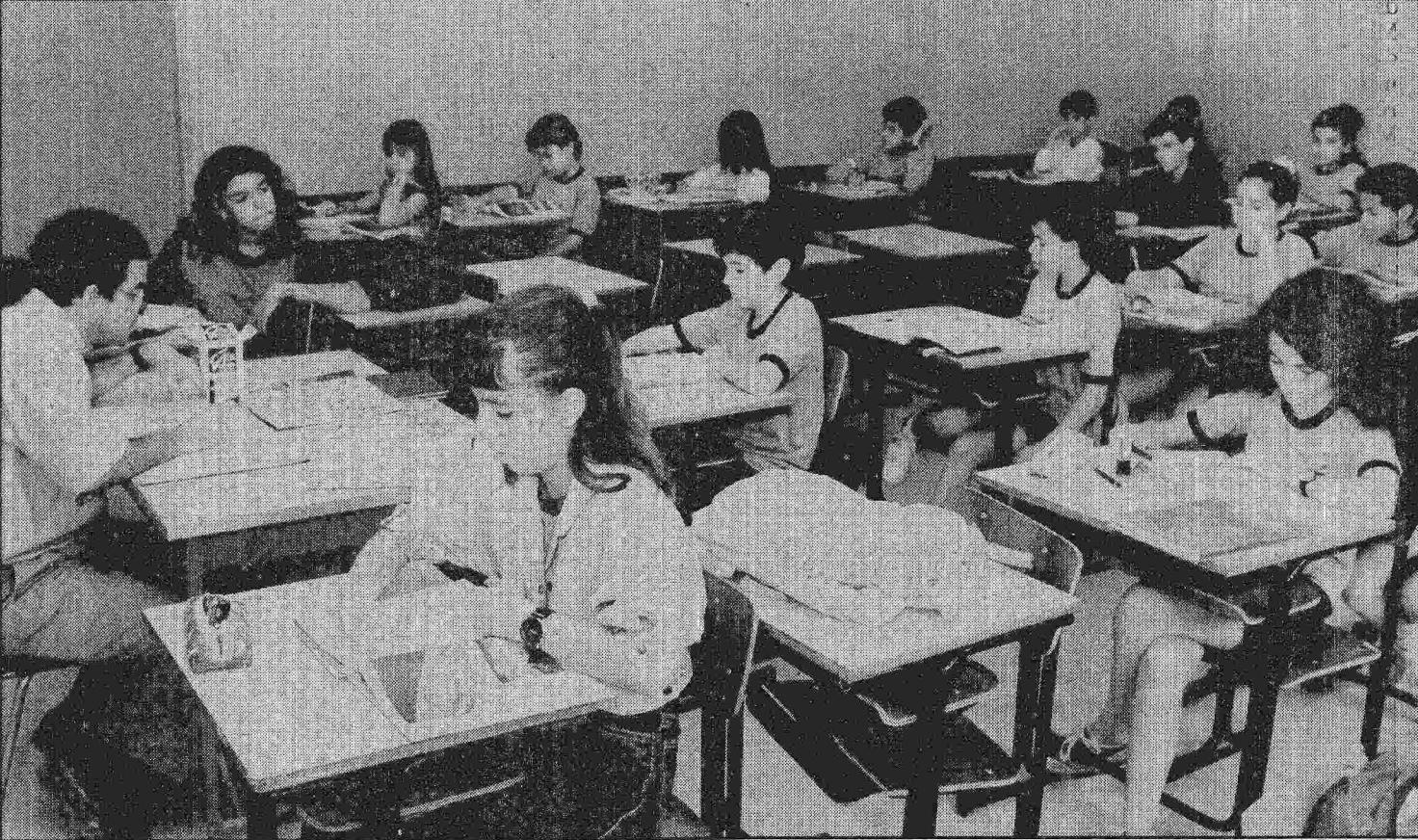
histórico escolar do ano letivo para assegurar a vaga nas escolas particulares, onde as aulas normalmente começam mais cedo do que nas da rede pública.

Calendários — Desde a primeira greve de professores ocorrida no início deste ano, a Secretaria de Educação começou a compor calendários para ajustar a situação das cerca de 500 escolas da rede pública de ensino, nas quais houve paralisações parciais e totais. Conforme o calendário normal — de antes das greves — as aulas, iniciadas no dia 10 de fevereiro deste ano, em todas as escolas da rede, só terminarão no dia 18 de dezembro. Este é o calendário A.

Após a greve de 72 dias, realizada no segundo semestre deste ano, a Secretaria elaborou os calendários B e C para atender à situação de cada escola, já que em algumas houve paralisação total, em outras parcial e nas demais, greve de alguns dias. De acordo com o calendário B, para escolas com situação diferenciada de paralisação, o ano letivo terminará no dia 23 de dezembro, enquanto as escolas do calendário C, ou seja, nas quais houve paralisação total durante a greve de 72 dias, o final do ano letivo está marcado para 28 de janeiro. E o novo calendário em composição devido à última greve com duração de 22 dias, será o D, que ainda está dependendo do levantamento da situação de paralisação em cada escola, a ser enviado para a Secretaria através das regionais de ensino.

O calendário D, segundo a Secretaria de Educação, vai preservar, pelo menos, 190 dias de aula, quando são previstos normalmente, 200 dias. O mínimo, estabelecido pela legislação de ensino, são 180 dias letivos.

CARLOS MOURA



Os alunos voltaram às salas de aula e retomaram as atividades normalmente mas preocupados com a reposição dos dias parados

Algumas escolas funcionaram normalmente

Nem todos os cerca de 440 mil alunos do pré-escolar ao segundo grau, da rede pública de ensino do DF, ficaram sem aulas durante as três paralisações realizadas pelos professores no decorrer deste ano. Na Escola-Classe da 305 Sul, que atende a alunos do pré à 4ª série e supletivo, em três turnos, as aulas estão prosseguindo normalmente desde o começo deste ano letivo.

Segundo a professora de Apoio Pedagógico da Escola-Classe 305 Sul, Ruth Rian Alves Batista, os 32 professores do estabelecimento de ensino continuam lecionando normalmente. "Isso já vem ocorrendo de uns anos para cá. Creio que seja devido ao fato de que há professores em final de carreira temendo que as faltas possam prejudicar a aposentadoria", justifica Ruth.

A professora Ruth acrescenta ainda que mesmo os professores novatos da escola não estão aderindo às greves. "Na greve de 72 dias só seis aderiram e apenas um resistiu até o final" conta.

Mas este, no entanto, não é um caso isolado, o Jardim de Infância da rede pública da 305 Sul, assim como a maioria de escolas de pré e primeiro grau estão aderindo parcialmente às greves de professores, segundo dados da Secretaria de Educação. Assim como a Escola Agrícola do DF e as da zona rural.

Professores — Os professores da rede pública de ensino decidiram retornar às salas de aula na última terça-feira, mas no dia anterior a greve já havia sido julgada abusiva pelo Tribunal Regional do Trabalho. Segundo o diretor da Secretaria de Finanças do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro), Paulo Sérgio Leal Alves, a categoria voltou devido à proposta do GDF e à garantia de que os dias parados serão pagos, com a condição de reposição de aulas.

A proposta do GDF, conforme Paulo Sérgio, prevê um realinhamento das tabelas salariais num percentual linear de 24 por cento sobre os vencimentos de

outubro, a garantia da gratificação de atividade de 80 por cento sobre os salários de agosto — sendo que já havia sido pago 30 por cento desta gratificação. O GDF também propõe o pagamento da gratificação de dedicação exclusiva no valor de 55 por cento para os professores que trabalham 40 horas.

De acordo com o Sinpro, o menor salário de um professor da rede pública, de nível um e com carga horária de 20 horas, será Cr\$ 1 milhão 187 mil, incluindo vencimento e gratificação de atividade e com o reajuste de 24 por cento.

O maior salário da categoria é o de professor de nível três, com carga de 40 horas, calculado em Cr\$ 10 milhões, 266 mil, incluindo gratificação de atividade, dedicação exclusiva e vencimento. Nos dois salários está inclusa a gratificação de 20 por cento de regência de classe, conhecida como gratificação de pô-de-giz.